

A COMPETITIVIDADE DO CACAU NO BRASIL, ENTRE 2005 E 2022

THE COMPETITIVENESS OF COCOA IN BRAZIL, 2005-2022

Alexandre Gonçalves e Silva¹, Lívia Madeira Triaca²

Palavras-chave

Comércio Internacional.
Índice de Vantagem
Comparativa Revelada.
Exportação.
Produção.

Classificação JEL

F14, F18.

Keywords

International trade.
Revealed Comparative
Advantage Index.
Export.
Production.

Resumo

O estudo da competitividade do cacau no Brasil entre 2005 e 2022 é crucial para entender seu papel na economia global. O Brasil, embora seja o sétimo maior produtor de cacau, possui uma história rica nessa indústria, principalmente na região da Bahia, que já foi um dos principais polos de produção mundial. Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a competitividade dos principais Estados brasileiros produtores de cacau e comparar a competitividade do Brasil com os principais produtores mundiais. No entanto, o mesmo foi realizado para os principais países exportadores da amêndoa. Para tanto, utilizou-se o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), calculando para o período de 2005 a 2022. Embora o Brasil seja reconhecido como um dos principais produtores de cacau, ao analisarmos o índice de vantagem competitiva revelado para as posições específicas nesta pesquisa em relação ao comércio internacional, observou-se que não houve vantagem competitiva em todos os períodos. Esses dados sugerem que, apesar de ser um grande produtor de cacau, o Brasil não se destaca de maneira notável ou competitiva no cenário global de comércio. Com esta análise, o objetivo primordial foi gerar fundamentos que possam embasar a formulação de políticas estratégicas para melhorar tanto a produção quanto a posição competitiva internacional.

Abstract

The study of the competitiveness of cocoa in Brazil between 2005 and 2022 is crucial to understanding its role in the global economy. Brazil, although it is the seventh largest producer of cocoa, has a rich history in this industry, mainly in the Bahia region, which was once one of the main centers of global production. In this context, this research aims to analyze the competitiveness of the main Brazilian cocoa-producing states and compare Brazil's competitiveness with the main world producers. However, the same was carried out for the main almond exporting countries. To this end, the Revealed Comparative Advantage Index (IVCR) was used, calculating for the period from 2005 to 2022. Although Brazil is recognized as one of the main cocoa producers, when analyzing the competitive advantage index revealed for the specific positions in this research in relation to international trade, it was observed that there was no competitive advantage in all periods. These data suggest that, despite being a large cocoa producer, Brazil does not stand out in a notable or competitive way in the global trade scenario. With this analysis, the primary objective was to generate foundations that could support the formulation of strategic policies to improve both production and the international competitive position.



Recebido em: 15/09/2025
Aceito em: 27/10/2025
Publicado em: 22/11/2025

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v9i0.4841>

¹ Graduação em Comércio Exterior (FURG). ORCID: 0009-0004-8612-430X. E-mail: alexandre.agss@furg.br.

² Doutorado em Economia do Desenvolvimento (PUCRS), Mestrado em Organizações e Mercados (UFPel), Graduação em Ciências Econômicas (FURG). Professora Adjunta do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG); Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Organizações e Mercados (PPGOM) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). ORCID:0000-0001-7192-6554 E-mail: liviamtriaca@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A abertura da economia nacional em 1990 trouxe maiores oportunidades para os produtos brasileiros entrarem no mercado internacional (Barros; Goldenstein, 1997). Entre os produtos que merecem destaque, estão os agrícolas, entre eles o cacau, que é considerado um produto tradicional nobre na agricultura brasileira.

Dados de 2020 mostram que o Brasil encontrava-se em sétimo lugar no *ranking* mundial de produção de cacau, com sua última produção anual de 302.157 toneladas/ano, com uma participação de 4,6% da produção, estando atrás de Camarões (5,0%), Equador (5,1%), Nigéria (6,3%), Indonésia (14,0%), Gana (14,5) e Costa do Marfim (39%). Atualmente a Argentina é o principal destino, tendo suas importações de US\$78,600,000, seguido dos Estados Unidos (US\$66,400,000) e Chile (US\$21,700,000) (FAOSTAT, 2020).

Sequeira (2016) classifica três tipos diferentes de cacau que prosperam exclusivamente em climas equatoriais ou tropicais. Isso justifica porque o Brasil é tido como um dos maiores produtores de cacau globalmente. O cacau Criollo é reconhecido por sua ausência de antocianinas, responsável pela coloração roxa nas sementes de cacau, embora essas substâncias possam ser empregadas como corantes naturais. Consequentemente, esse tipo de cacau é considerado uma variedade mais refinada (Cruz, 2002). Entretanto, essa variedade é mais suscetível a doenças, representando, portanto, uma minoria (Sequeira, 2016).

O cacau da variedade Forasteiro é mais arredondado, casca lisa e dura, tem suas sementes presas à polpa. Além do mais, ele apresenta antocianinas, proporcionando o sabor e aroma mais amargo e acentuado. Em questão produtiva, ele sobrevive a condições climáticas bem rígidas, sendo responsável por 95% de toda a produção mundial (Cruz, 2002; Sequeira, 2016).

Já o cacau Trinitário surge como resultado das classificações entre os dois tipos de cacau mencionados anteriormente, sendo considerado um híbrido que apresenta qualidades superiores por combinar características de ambos (Cruz, 2002). Além disso, observa-se a existência de um quarto tipo denominado "Amelonado", cuja origem remonta à Bahia e que, no século XIX, foi introduzido no Leste da África.

Países como Gana, Costa do Marfim, Indonésia, Nigéria e Brasil são favorecidos neste quesito por ter o clima esperado para que haja uma ótima plantação de cacau, na qual representa uma importância econômica global. Neste sentido, o Brasil possui uma grande parcela da região nordestina, mais especificamente no Sul, com produção elevada de cacau, devido aos fatores climáticos que favorecem seu cultivo. Assim, o principal Estado brasileiro exportador de cacau é a Bahia, sendo responsável por 98,40% das exportações brasileiras. Anteriormente, devido ao potencial baiano, o Brasil já esteve entre os três maiores produtores de cacau a nível mundial (Fazcomex, 2022).

Por ser considerada uma mercadoria, essa amêndoa sempre esteve suscetível a influências externas, como o colapso da bolsa de valores de Nova York em 1929. Esse evento desestabilizou os produtores de cacau, deixando-os sem compradores. Diante disso, o Governo Federal viu o potencial econômico do cacau para o Brasil e tomou medidas

intervencionistas, estabelecendo duas instituições: a Indústria de Chocolate da Bahia (ICB) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Essas intervenções foram cruciais para revitalizar o setor, pois permitiram aproveitar as condições climáticas e políticas favoráveis.

Entre o final do século XIX e o início do século XX o setor cacaueiro sofreu uma perda de grande parte de sua produção devido à doença vassoura-de-bruxa e só em 2015 que suas exportações puderam ser retomadas. Apesar de haver estudos que busquem analisar a competitividade do setor, não há estudos que façam isso para um período mais recente, onde é possível perceber uma recuperação do setor.

O objetivo desta pesquisa é analisar o nível de competitividade dos principais Estados produtores de cacau do Brasil e a competitividade do Brasil em comparação com os principais produtores mundiais. Metodologicamente, foi utilizado o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) e seu cômputo foi realizado para o período de 2005 a 2022.

Com esta análise, busca-se trazer evidências que possam refletir em políticas que sejam capazes de beneficiar a produção e também a competitividade no cenário internacional. Ademais, esta temática não é muito explorada pela literatura, portanto, a ideia é de fomentar o tema, visto que o Brasil tem potencial de produção e comercialização deste bem.

Esta pesquisa está organizada em seis seções. Na primeira seção há uma breve contextualização do setor cacaueiro no cenário brasileiro trazendo consigo dados de produção e justificativas de seus baixos resultados. A segunda seção apresenta o panorama histórico da produção de cacau no Brasil. Já na terceira seção são apresentadas as principais teorias de comércio internacional. Na quarta, é apresentada a metodologia utilizada, descrevendo a fórmula do IVCR e como interpretar seus resultados. Na quinta seção são apresentados, por meio de tabelas e gráficos, os resultados obtidos através do cálculo do IVCR das exportações mundiais e nacionais de cacau. Por fim, a seção final contém as considerações finais da pesquisa.

2. PANORAMA HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE CACAU NO BRASIL

A introdução do cacau no Brasil se deu pelo botânico francês Louis Frederic Warneaux, no Estado da Bahia em 1746, vindo do Pará com o objetivo de presentear Antonio Dias Ribeiro no município de Canavieiras na fazenda “Cubículo”. Logo depois, seu plantio foi feito na Bahia, mais especificamente no município de Ilhéus. Entretanto, a partir de 1860 foi estabelecida a exploração econômica desta matéria prima. Em sequência, no ano de 1903 houve uma expansão, fazendo com que a Bahia se tornasse a maior produtora de cacau (Rangel, 1982). Mas foi em 1835 que o cacau se tornou uma das principais *commodities* a serem exportadas na Bahia, tendo assim sua importância no comércio internacional.

O século XIX foi identificado pelo aumento exponencial do tráfico atlântico de africanos para as Américas. Foi entre 1801 e 1850 que desembarcaram milhares de africanos nos portos

do Brasil. Este fato se deu pela necessidade de baratear as matérias-primas para, conseqüentemente, diminuir o valor da *commodity* no mercado internacional, utilizando então do trabalho escravo, pela mão de obra barata. Parte deste grupo foi levada à Província da Bahia, onde a comercialização da cana de açúcar se desenvolveu ainda mais, especialmente pela rebelião escrava de São Domingue (1798), conhecida também como Revolução Haitiana, que detonou as instalações da ilha e retirou do mercado um dos maiores fornecedores mundial de açúcar (Lima *et al.*, 2022).

Deste modo, muitos que cultivaram o cacau, na década de XX, para comércio acabaram enriquecendo, sendo conhecidos como coronéis do cacau, por conta de suas elevadas vendas, ressaltando que o plantio do cacau foi realizado por diversos grupos sociais, pessoas livres, pobres, indígenas, libertos e principalmente escravos. Já em 1883, o Brasil participou em conjunto com outros dez países, da Conferência de Paris, onde foi debatido e estabelecido a União Internacional para Proteção da Propriedade Intelectual, que tem como objetivo a proteção do trabalhador no Brasil, e garante o impulsionamento do desenvolvimento tecnológico e econômico do país (Rocha, 2008).

Há o quesito da Indicação Geográfica, que é visto como um tipo de propriedade intelectual que se baseia na ideia de que apenas produtores de certa região têm o direito de uso e comercialização de um determinado produto, isto é, os produtores da região de Ilhéus poderiam continuar cultivando e comercializando o cacau sem ameaças externas de invasão para proveito da qualidade do clima e do solo, principalmente (Goulart *et al.*, 2014).

Mesmo diante de tanto cultivo e comércio nessa região, foi apenas em 1890 que o cacau se tornou o produto mais exportado, tornando o município de Ilhéus numa potência econômica nacional. Já no âmbito nacional, o cacau foi considerado o segundo produto mais exportado, ficando atrás do café. Visto este destaque na produção mundial, foi desencadeado um período de prosperidade no setor cacauzeiro, com elevação nas exportações da amêndoa. A primeira fragilidade da cacauicultura brasileira foi em 1929 causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Deste modo, os coronéis do cacau ficaram sem demandantes para a safra, lesionando drasticamente seu comércio (Viana, 2013).

O ano de 1989, no governo de José Sarney (1985-1990) foi marcado pela queda das produções brasileiras de cacau causado pela doença nas plantações, conhecida como vassoura-de-bruxa. A vassoura-de-bruxa, causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, foi uma das doenças que lesionou grande parte da produção brasileira das plantações de cacau no ano de 1989, sendo conhecido por sua alta velocidade de contaminação (Pereira, 1996; Pires, 2003).

Este fungo é facilmente reconhecido na lavoura por ter suas folhas apresentando inchaço, superbrotamento e morte dos ramos novos; as folhas são normalmente torcidas; botões e flores incomuns aparecem no prato de flores e anormalidades nos frutos jovens. Os danos desenvolvidos por este fungo se dá ao cacau formatos similares ao "Morango" ou "Cenoura", entretanto, frutos menores são deformados e amadurecem cedo. Os frutos maiores apresentam manchas escuras, enrugadas e duras no súber e escurecimento e compactação das sementes no interior o que as torna inutilizáveis na maioria dos casos

(Gramacho *et al.*, 1992). Essa contaminação pode ser advinda de ventos, água das chuvas, por sementes contaminadas, ou seja, meios que afetem os tecidos meristemáticos.

Ainda nesse governo alguns projetos foram introduzidos como o Plano Cruzado, Bresser, a política do “Feijão com Arroz” e o Plano Verão, com o objetivo de controlar a inflação por meio de medidas como congelamento de preços, aumento de encargos financeiros e reajuste da mão-de-obra, assim como a redução constante do crédito agrícola e os produtores cacaeiros “encontraram-se diante de uma atividade pouco flexível, do ponto de vista tecnológico, com reduzida mobilidade dos fatores produtivos e concomitantes elevação de custos de insumos e erosão dos preços recebidos pelos efeitos inflacionários” (Silva; Cartibani, 2001, p. 2).

Na década de 1980 houve a participação da CEPLAC e, com isso, o cacau obteve boa adequação no solo baiano. Deste modo, em 1986, o Brasil se destacou no cenário internacional ficando em segundo lugar das produções mundiais, ficando atrás de Costa do Marfim, com produção de 458.754 mil toneladas de amêndoas, utilizando mais de 655,05 mil toneladas de área colhida e 619.800 mil toneladas de amêndoas respectivamente (FIESP, 2021).

O setor cacaeiro não conseguiu manter grandiosos resultados como este nos anos seguintes. Isso se deu pelo aumento dos custos de produção e na dificuldade ao acesso do produtor na introdução de tecnologias, causadas pelo plano de estabilização desenvolvido no governo de José Sarney. A década de 1990 foi um período relevante para a produção nacional de cacau, tendo em vista que nela foi possível analisar os efeitos decorrentes da crise de 1989, causado pelo fungo da vassoura-de-bruxa, e as tentativas de estabilização e recuperação do setor. Neste período, durante o governo Collor (1990-1992), seria necessário criar estratégias para melhorias do setor cacaeiro, mas este sofreu com a má distribuição da chuva, escassez de crédito rural, o que dificultou o produtor a financiar o custeio de lavouras e novas tecnologias para tratagem do fungo (Silva, 1997).

Já em 1992, durante o governo de Itamar Franco (1992-1995) surgiu a necessidade de realizar a primeira importação do cacau, totalizando 1.821 mil toneladas de amêndoa. No entanto, no lançamento do Plano Real, que tinha como objetivo acabar com a inflação do país realizando, principalmente, um processo de abertura econômica com redução de tarifas para importação. No final de seu governo, em 1995, foi implementado o Programa da Lavoura Cacaeira Baiana (PRLCB), com a finalidade de reduzir os efeitos negativos da produção. Este Programa tem como objetivo controlar a proliferação do fungo e recuperar a produtividade das lavouras (Banco Central do Brasil, 1995). No entanto, este plano teve efeito contrário, endividando os produtores e não cumprindo com o aumento da produtividade.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ainda houve uma redução no volume de produção e, conseqüentemente, de suas exportações por conta ainda do fungo e das situações adversas do clima. Portanto, as indústrias moageiras nacionais tiveram a necessidade de importar a amêndoa de cacau pelo sistema via *drawback* de importação (Zugaib, 2016).

No governo Lula (2003-2011), mais especificamente em 2008, foi implantado o Plano Executivo para Aceleração do Desenvolvimento do Agronegócio na Região Cacaueira do Estado da Bahia (PAC do Cacau). Este Projeto tinha como objetivo revitalizar a cacauicultura baiana, por meio de crédito para custeio e investimento, renegociar as dívidas anteriores dos produtores, principalmente daqueles que sofreram com a primeira tentativa de levantamento do setor, aumentar a produção de cacau orgânico e também de promover a realização de pesquisas. Vale destacar que este crédito era originário do Banco do Nordeste, do Desenbahia e do Banco do Brasil (Portal Governo da Bahia, 2008).

Neste mesmo período, no Pará foram instaurados outros programas, como o Programa de Aceleração do Crescimento e Consolidação da Cacauicultura no Estado do Pará (PAC CACAU-PA) e o Fundo de Apoio à Cacauicultura do Estado do Pará (FUNCACAU). No fim do governo Lula, no Pará, foi desenvolvido outro programa para aumentar a produção de cacau, com o objetivo de tornar a maior produção nacional através do Programa de Desenvolvimento da Cadeira Produtiva da Cacauicultura no Pará (PROCACAU) (Nunes; Bastos, 2018).

Já no governo Dilma (2011-2016), o cacau foi introduzido na Política Geral de Preço Mínimo (PGPM), onde o Governo Federal auxiliou realizando a compra de produtos ou financiando estoque quando o preço de mercado se encontrasse abaixo do mínimo. No final de seu mandato, a CEPLAC, que estava perdendo cada vez mais de seu orçamento, se reestruturou, e começou a ter parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de ter ainda mais orçamentos para serem aplicados em pesquisa e inovação, fazendo com que o Brasil se tornasse um grande exportador de cacau, mais uma vez. Ainda assim, os produtores que não conseguiram quitar suas dívidas tiveram outra oportunidade para renegociação.

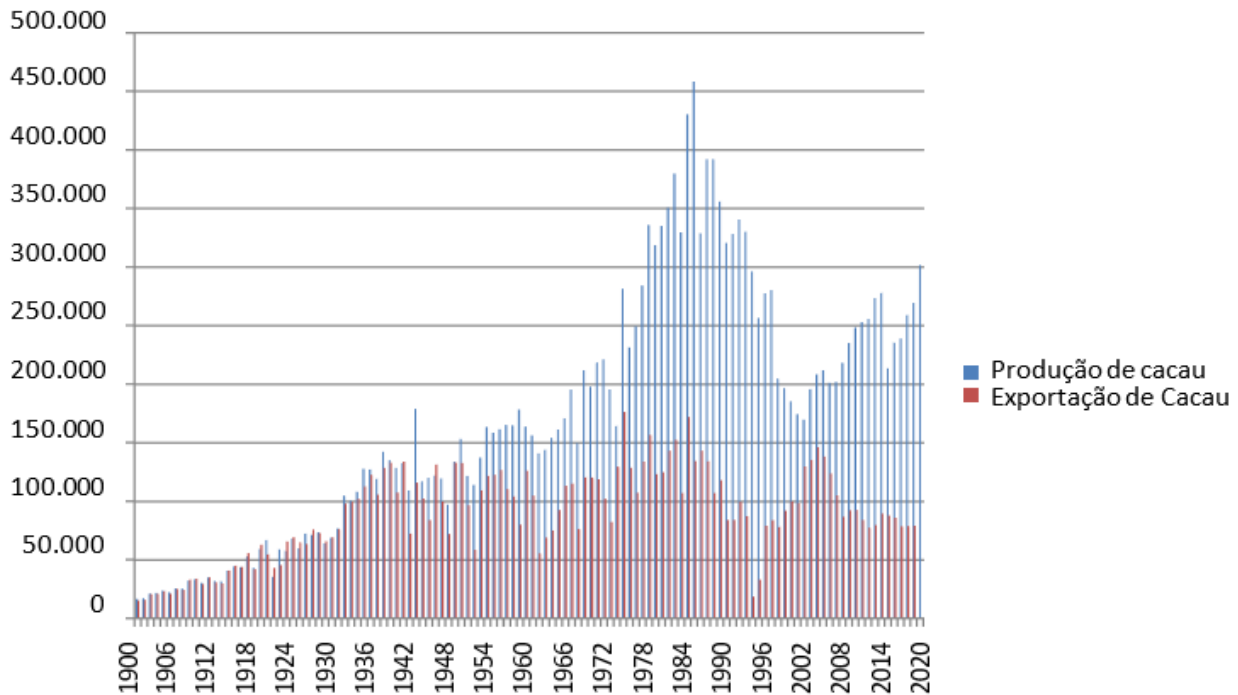
Em 2015, o governo do Estado do Pará divulgou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará, que tinha como objetivo desenvolver também a produção local de cacau, onde tinha como intenção realizar ações para melhoria no setor cacaueiro como capacitar a mão-de-obra, executar pesquisas, atrair a indústria moageira e fábricas de chocolate para o Estado, promover o investimento privado para o setor, assim como obter recursos para também produzir cacau com certificações de origem, como cacau orgânico e cacau fino, deste modo, agregando valor ao produto. O plano prevê que, em 2030, a produção seja o dobro da registrada em 2013 (Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará - SEDAP, 2016).

No Governo de Michel Temer (2016-2019) foi observado um aumento constante na produção de cacau, devido a inclusão do cacau no Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) no ano de 2017. Por fazer parte deste projeto, foi recebido crédito para investimento e manutenção da cultura (MAPA, 2017).

Embora a Bahia e o Pará apresentarem-se como os principais produtores de cacau no Brasil na atualidade, ainda assim o somatório de suas produções no último ano representa apenas uma parte da produção do que a Bahia conseguia produzir sozinha quando se observa seus três maiores picos nos anos de 1986, 1985 e 1983, com suas produções de 395.486 toneladas, 361.800 toneladas e 346.652 toneladas respectivamente, assim como

pode ser observado no Gráfico 1. Deste modo, é possível perceber que a doença da vassoura-de-bruxa chegou quando a produção nesta região estava no auge. Além do mais, o país ainda possui uma alta produção desta *commodity*, sendo possível perceber que não é feita a exportação total do cacau produzido.

Gráfico 1 – Produção versus Exportação de Cacau no Brasil



Fonte: Elaborado com base em MDIC (2023); IBGE (s.d.).

3. TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A competitividade no comércio internacional refere-se à capacidade de um país ou região manter e ampliar participação de mercado em bens e serviços, de forma sustentável, em preços e/ou em qualidade (Porter, 2001). Em produtos agroalimentares, a competitividade decorre de vantagens de custo (produtividade, câmbio, escala) e vantagens de diferenciação (qualidade, certificações, origem, traçabilidade), além de fatores institucionais (infraestrutura, barreiras não tarifárias, acordos) que afetam custos de transação e acesso a mercados (Kaplinsky; Morris, 2000). No caso do cacau, aspectos como produtividade agrícola, sanidade vegetal, qualidade do grão e coordenação da cadeia influenciam diretamente a inserção externa.

O debate sobre comércio internacional opõe posturas protecionistas a agendas de abertura comercial. Para compreender políticas e resultados, parte-se das teorias de vantagem absoluta e vantagem comparativa. Em Smith (1776 *apud* Carvalho e Silva, 2002), países ganham especializando-se onde consomem menos insumos por unidade produzida (vantagem absoluta). Ricardo (1817 *apud* Carvalho e Silva, 2002) avança ao mostrar que,

mesmo sem vantagens absolutas, o comércio é benéfico quando cada país se especializa no bem de menor custo relativo (vantagem comparativa), gerando aumento de bem-estar pela realocação eficiente dos fatores. A crítica ricardiana ao mercantilismo é, portanto, que todos podem ganhar com a troca, desde que os preços relativos reflitam custos de oportunidade.

Em relação à formulação ricardiana, a teoria Heckscher–Ohlin avança ao explicar a especialização pelas dotações relativas de fatores. Em termos simples, países tendem a exportar bens intensivos no fator abundante (trabalho ou capital) e importar bens intensivos no fator escasso. Essa lógica tem implicações distributivas: a abertura altera os preços dos fatores e beneficia alguns grupos mais do que outros (Gremaud *et al.*, 2010).

Como tais modelos não capturam bem economias de escala, diferenciação e concorrência imperfeita, as novas teorias mostram que retornos crescentes e competição monopolística explicam o comércio intraindustrial e ganhos por variedade. Mais adiante, a literatura de firmas heterogêneas indica que apenas as mais produtivas superam custos fixos de exportar, gerando seleção e realocação dentro do setor (Krugman; Obstfeld, 2007).

4. METODOLOGIA

O indicador utilizado para determinar a participação do cacau no mercado internacional é o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), proposto por Balassa (1965). Este índice mostra, neste estudo, se o Brasil ou alguma das regiões analisadas são eficientes e/ou especializadas dentro do mercado local.

Ainda sobre este índice, mesmo que um país/estado fosse menos eficiente que outro na produção de determinado bem, mesmo assim seriam possíveis ganhos com o comércio internacional (Krugman; Obstfeld, 2007). Entretanto, com o IVCR será possível comparar o peso das exportações do cacau do total de exportações de um país/estado em relação a uma determinada referência.

O Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) é uma métrica usada para avaliar a especialização de um país/estado na produção e exportação de bens e serviços em relação a seus parceiros comerciais. Ele é amplamente utilizado na teoria do comércio internacional. A fórmula para calcular o IVCR é a seguinte:

$$IVCR = \frac{X_{ij}/X_i}{X_{wj}/X_w} \quad (1)$$

Onde:

X_{ij} = valor das exportações brasileiras de cacau;

X_i = valor das exportações brasileiras;

X_{wj} = valor das exportações mundiais de cacau;

X_w = valor das exportações mundiais.

Ou:

X_{ij} = valor das exportações de cacau de um determinado Estado;

X_i = valor das exportações do Estado;

X_{wj} = valor das exportações brasileiras de cacau;

X_w = valor das exportações brasileiras.

De acordo com Maia (2002), se:

IVCR < 1 – não possui vantagem comparativa revelada.

IVCR > 1 – possui vantagem comparativa revelada.

IVCR = 1 – não possui vantagem e nem desvantagem comparativa revelada.

Estudos recentes aplicaram o IVCR para avaliar a competitividade do cacau em distintos contextos. Gyan e Bajan (2022) utilizaram o IVCR para comparar o desempenho exportador de Gana e Costa do Marfim; Duana-Ávila *et al.* (2023) examinaram a competitividade do cacau mexicano entre 2010-2021 com base nesse indicador; e Abukari e Cunfeng (2021) analisaram a competitividade das exportações de cacau de Gana, também por meio do IVCR. Essas evidências reforçam a pertinência do uso do indicador neste estudo.

3.1 Dados

Para avaliar a inserção do Brasil no mercado mundial, foram identificados os cinco maiores países exportadores de cacau nos anos de 2005 a 2022, sendo este período escolhido por conta da disponibilidade dos dados mais recentes para análise. A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) utilizada foi a 18010000, referente ao cacau inteiro ou partido, bruto ou torrado. Para o cálculo do IVCR do cacau brasileiro em relação ao mundo, foram utilizados dados referentes às exportações de cacau medidas em milhões de dólares, a partir do Banco de Dados Estatísticos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2023) e da Organização Mundial do Comércio (OMC, 2023).

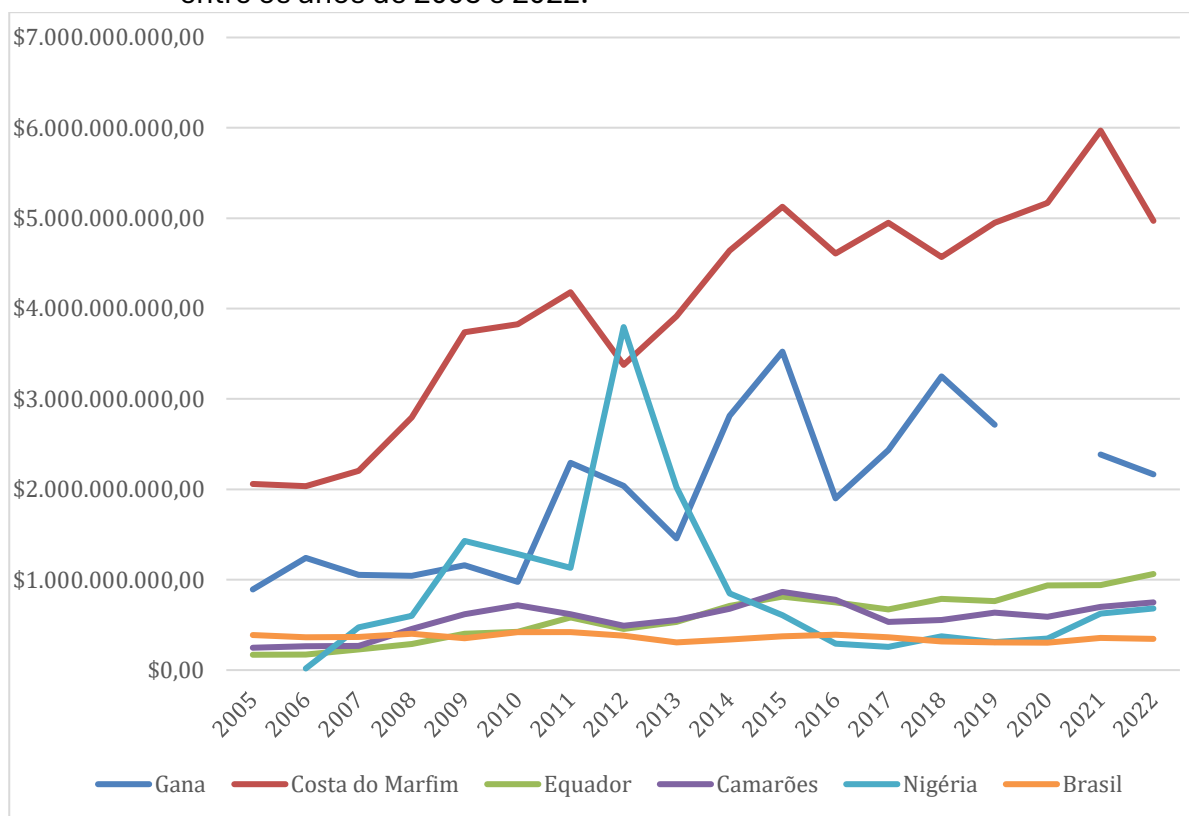
Em seguida, calculou-se o IVCR do cacau de Estados brasileiros produtores, como Espírito Santo (ES), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso do Sul (MS), Bahia (BA), Rondônia (RO) e principalmente o Pará (PA) - que não é percebido em muitos estudos, porém, como foi identificado, atualmente ele é considerado o maior produtor de cacau brasileiro, seguido da Bahia. Logo, o valor das exportações de cacau e total de cada um dos Estados brasileiros foi obtido por meio do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2023), visualizados na medida em unidade 1 (um) dólar.

5. RESULTADOS

A presente seção tem como objetivo sintetizar o setor cacaueiro, fazendo uma análise que compreende os anos de 2005 a 2022, tanto das exportações brasileiras, como dos cinco principais Estados e países exportadores em relação com o Brasil.

O Gráfico 2 apresenta a relação da quantidade de cacau exportado entre os anos de 2005 e 2022 entre os cinco principais países exportadores deste produto em milhares de dólares. É possível perceber que Gana e Costa do Marfim são os maiores exportadores de cacau. Observa-se uma tendência de crescimento nas exportações por parte da Costa do Marfim ao longo dos anos, com números crescentes até 2011 e, após um declínio temporário associado à crise político-eleitoral de 2010-2011 e ao banimento das exportações, uma retomada do crescimento a partir de 2014, consistente com as reformas setoriais de 2011/2012, criação do *Conseil du Café-Cacao* (CCC), adoção de vendas antecipadas e de um preço mínimo ao produtor, que reduziram a incerteza de receita e estabilizaram os fluxos comerciais (Boysen *et al.*, 2023; Katayama *et al.*, 2017).

Gráfico 2 – Relação das exportações de cacau dos cinco maiores países exportadores entre os anos de 2005 e 2022.



Fonte: Elaborado com base nos dados do Trademap (2023).

A quantidade de cacau exportada por Gana aumentou consideravelmente ao longo do período, atingindo o pico em 2015, quando o país exportou mais de 3 milhões de toneladas. Gana teve um desempenho sólido, mantendo-se entre os três principais exportadores de

cacau durante a maioria dos anos, ocupando a segunda posição na maioria dos anos. Observa-se uma queda significativa nas exportações em 2010, mas depois houve uma recuperação nos anos subsequentes. Os números de exportação de Gana são impressionantes e refletem a importância do cacau na economia do país. Esses dados demonstram a significativa contribuição de Gana para o mercado global de cacau e como as exportações desse país evoluíram ao longo do tempo.

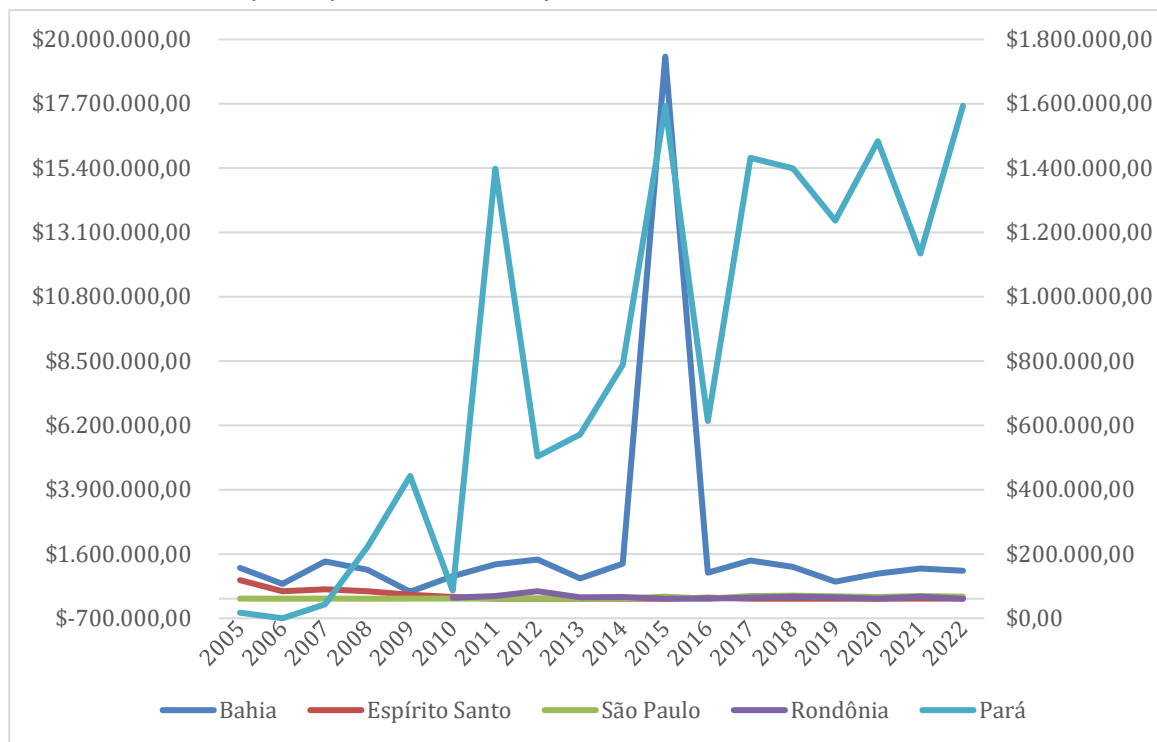
O objetivo era capacitar no mínimo 200 mil produtores de cacau e beneficiar aproximadamente um milhão de membros da comunidade cacauzeira. Alinhada a esse contexto, a *Cadbury Cocoa Partnership* foi estabelecida em 2008 e buscou capacitar ao menos 200 mil produtores e alcançar cerca de 1 milhão de membros da comunidade, fortalecendo a sustentabilidade e a produtividade do setor (Cocoalife, 2023).

O Equador apresenta trajetória nitidamente ascendente, com ganho contínuo de participação. Camarões também registra expansão, ainda que com oscilações intermediárias que moderam o ritmo de avanço. A Nigéria exibe o padrão mais volátil entre os países, alternando picos e retrações ao longo do tempo. Já o Brasil apresenta estabilidade, sem uma alta clara, e apresenta pequena queda no fim da série. A literatura indica que a crise da vassoura-de-bruxa na Bahia reconfigurou o setor no Brasil, reduzindo a oferta de grão *in natura* (Sousa Filho *et al.*, 2021). Ao mesmo tempo, observou-se o crescimento do papel do processamento doméstico, com maior dependência de importações para sustentar a moagem (ICCO, 2023). A expansão recente no Pará aponta para uma recuperação gradual da base produtiva, mas com efeitos ainda incrementais (Venturieri *et al.*, 2022).

No Gráfico 3, pode-se perceber dados do território brasileiro, onde é identificado o eixo principal para representar dados para Espírito Santo, São Paulo, Rondônia e Bahia. Por outro lado, no eixo secundário estão dispostos os dados para Pará. Com base nesses dados, percebe-se que Bahia e Pará são os maiores exportadores de cacau, no entanto apresentam comportamentos distintos no período – a Bahia apresentando estabilidade e o Pará crescimento. O crescimento do Pará é consistente com a “frente de expansão” recente na Amazônia oriental, apoiada por sistemas agroflorestais, abertura de novas áreas em pastagens degradadas e investimentos público-privados, fatores associados a ganhos de produtividade e regularidade da oferta (Venturieri *et al.*, 2022). Já a estabilidade da Bahia reflete o choque estrutural da vassoura-de-bruxa e uma recuperação lenta baseada na reabilitação de plantios e no predomínio do sistema cabruca, que privilegia qualidade e serviços ambientais mais do que crescimento acelerado de volume (Sousa Filho *et al.*, 2021).

Espírito Santo, São Paulo e Rondônia possuem uma participação secundária e irregular na pauta de exportações de cacau. O Espírito Santo concentra registros sobretudo no início da série, São Paulo aparece de forma intermitente e em baixa intensidade, sem configurar tendência de expansão, enquanto Rondônia oscila bastante e em alguns anos nem registra embarques.

Gráfico 3 – Cinco principais Estados exportadores de cacau entre os anos de 2005 e 2022.



Fonte: Elaborado com base nos dados do MDIC (2023).

Para elucidar os resultados decorrentes do cálculo do IVCR, a Tabela 1 apresenta a identificação dos Estados com vantagem comparativa revelada, conforme a teoria proposta por Maia (2002). Se o IVCR for inferior a 1, indica ausência de vantagem comparativa revelada para o Estado. Em contrapartida, um IVCR superior a 1 sugere que o Estado possui vantagem comparativa revelada. No caso de o IVCR ser igual a 1, indica que o Estado não apresenta nem vantagem nem desvantagem comparativa revelada.

Pode-se observar uma flutuação nos valores do IVCR ao longo dos anos para cada estado. Esta variação pode implicar mudanças na produção de cacau, potencialmente atribuíveis a fatores climáticos, políticas agrícolas ou exigências do mercado. Certos estados exibem consistentemente valores mais elevados de IVCR em comparação com outros.

Por exemplo, o Espírito Santo apresentou consistentemente valores mais elevados no início do período analisado, enquanto São Paulo manteve consistentemente um IVCR abaixo de 1 em todos os períodos, significando uma falta de vantagem comparativa revelada em comparação com outros estados. Existem picos perceptíveis no IVCR para estados específicos em determinados anos. Por exemplo, Rondônia apresentou um IVCR notavelmente elevado em 2010, indicando potencialmente um aumento nas exportações de cacau durante esse ano específico. Em vários casos, estados específicos exibiram flutuações substanciais no IVCR, como São Paulo em 2006 e 2008, e Pará em 2015.

Tabela 1 – Resultados obtidos por meio do IVCR dos cinco maiores Estados exportadores de cacau entre os anos de 2005 e 2022.

Ano	Bahia	Espírito Santo	São Paulo	Rondônia	Pará
2005	12,1834	7,8808	0,0045	0	0,2393
2006	13,0670	6,7478	0	12,2363	0
2007	16,7837	4,5526	0,0080	0	0,5071
2008	14,6743	3,3154	0	13,3151	2,5802
2009	6,18165	4,1189	0,0169	0	9,1045
2010	17,3184	0,9745	0,0342	19,0763	1,2839
2011	9,84558	0	0,0005	16,8878	6,6763
2012	15,7636	0	0,01464	41,2791	4,1363
2013	12,6985	0	0	8,2394	6,1460
2014	14,6298	0	0,0016	6,6804	5,9853
2015	22,0866	0	0,0149	0	1,3783
2016	15,2553	0,8290	0	0,6357	6,4104
2017	12,4803	0	0,1385	2,8731	7,2376
2018	11,2008	0	0,1826	5,0884	7,8609
2019	8,97047	0	0,2193	4,9763	8,2361
2020	9,74940	0	0,1327	0	6,1430
2021	13,5830	0,0003	0,2294	5,0130	4,8004
2022	9,11888	0,0177	0,1232	0	9,4005

Fonte: Elaborado com base nos dados do MDIC (2023), por meio do IVCR.

A Bahia, reconhecida como o maior produtor brasileiro de cacau, apresenta IVCR sempre acima de 1, indicando vantagem comparativa revelada em relação a outros estados, enquanto o Pará apresenta IVCR acima de 1 a partir de 2008. Notavelmente, o período mais recente mostra um pico no IVCR ao longo de todo o período analisado.

Os contrastes do IVCR entre os estados decorrem de estruturas produtivas e de pauta exportadora distintas. Na Bahia, a combinação de base produtiva consolidada e parque de processamento mantém o cacau com peso acima da média na pauta estadual (CEPLAC, 2022). Em São Paulo, a alta diversificação das exportações e o papel de polo industrial de chocolates, com menor saída de amêndoas *in natura*, fazem o item manter participação relativa pequena no total exportado (Racowski; Maciel, 2022). Já no Pará, a expansão recente da cacauicultura em sistemas agroflorestais e ganhos logísticos/organizacionais no Nordeste Paraense ampliaram o excedente exportável e elevaram a especialização revelada a partir de 2008 (Watrin; Silva; Igawa, 2021).

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos pelo cálculo do IVCR do cacau (SH1801) dos cinco principais países exportadores de cacau e o Brasil, de 2005 a 2022. No cenário brasileiro é possível perceber que o Brasil só obteve vantagem comparativa revelada no início do período analisado, com valores acima de 1. Ademais, percebe-se uma queda atingindo seu pico mais baixo em 2022.

Considerando-se o período analisado de 18 anos constatou-se que em todo período em análise há vantagem comparativa revelada para Gana, Costa do Marfim, Equador e Camarões, com destaque para os dois primeiros países. Para a Nigéria, apenas em 2006 não percebe-se a vantagem comparativa revelada.

Tabela 2 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) do cacau em relação ao mundo, entre o período de 2005 e 2022.

Ano	Brasil	Costa do Marfim	Equador	Gana	Camarões	Nigéria
2005	1,595571	138,89	8,394016	142,475	42,39203	
2006	1,368009	129,741	6,977131	178,3825	38,21373	0,155005
2007	1,138342	136,2512	8,209481	148,6316	31,49024	4,381165
2008	0,993328	139,5488	7,436999	132,8052	103,745	3,567845
2009	0,837774	130,9951	10,42527	82,46402	129,1188	10,33371
2010	0,828554	147,6632	9,601203	73,99309	73,43404	5,880713
2011	0,690912	156,9794	10,88317	52,73452	119,7673	3,751882
2012	0,650481	128,0803	7,827668	53,23502	47,34885	10,92217
2013	0,559754	120,7544	9,023473	48,87608	52,0539	9,474229
2014	0,582696	139,5967	10,53205	69,21547	50,0144	3,145435
2015	0,68372	139,2069	15,1122	87,35099	72,78332	4,265136
2016	0,748259	147,3636	15,37886	61,36363	125,6823	3,066061
2017	0,631675	148,2714	13,12926	63,18591	61,01867	2,147068
2018	0,533262	150,99	14,20906	74,2102	57,03056	2,343523
2019	0,5186	146,1202	12,84653	60,78966	58,70104	2,180476
2020	0,538469	154,3104	17,07551		69,55367	3,730363
2021	0,499089	153,7676	13,90608	63,5535	64,44863	5,220936
2022	0,458725	134,2889	13,33639	55,32153	59,09002	4,764359

Fonte: Elaborada com base nos dados do Trademap (2023).

A literatura explica os resultados de Costa do Marfim e Gana pela escala produtiva, pela especialização histórica e por arranjos institucionais (CCC/COCOBOD) que estabilizaram os

preços (preço mínimo ao produtor) e receitas via vendas antecipadas, sustentando a competitividade no grão. Esses achados corroboram com a literatura que observa vantagem comparativa para os dois países ao longo de longos períodos (Gyan; Bajan, 2022; Abukari; Cunfeng, 2021; Boansi, 2013; Jambor; Toth; Koroshegyi, 2017). Estudos sobre formação de preços e mecanismos de estabilização reforçam que essa governança setorial é central para a manutenção do IVCR elevado em ambos os casos (Tröster *et al.*, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a competitividade brasileira no setor cacauero entre os anos de 2005 e 2022, por meio do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR). A pesquisa permitiu compreender a dinâmica do mercado de cacau, os desafios enfrentados pelos produtores e as tendências que moldam a participação do Brasil no comércio internacional.

Os resultados demonstraram que o Brasil não apresentou vantagem comparativa revelada ao longo do período analisado, indicando uma posição desfavorável em relação aos principais países exportadores. Apesar de o país possuir uma produção expressiva e uma tradição histórica no cultivo do cacau, a falta de políticas estruturadas e investimentos direcionados impactam negativamente sua competitividade. Internamente os estados do Pará e Bahia emergem como os principais exportadores, no entanto, a Bahia, historicamente reconhecida como o berço da produção cacauera nacional, tem perdido relevância no cenário global.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que incentivem não apenas o aumento da produção, mas também a qualificação da cadeia produtiva. Investimentos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, bem como incentivos à modernização agrícola, são fundamentais para que o Brasil possa consolidar sua presença no mercado internacional de cacau. Além disso, é essencial que estratégias de *marketing* sejam desenvolvidas para promover o cacau brasileiro como um produto de qualidade, explorando nichos de mercado, como o cacau fino e sustentável. Outro ponto crucial é a valorização da produção interna, estimulando o desenvolvimento da indústria moageira e da produção de chocolates de alto valor agregado dentro do próprio país. Isso não apenas geraria empregos e movimentaria a economia local, mas também reduziria a dependência das exportações de matéria-prima bruta, aumentando o valor gerado na cadeia produtiva.

Ademais, é fundamental considerar a sustentabilidade da produção cacauera. Práticas agrícolas mais eficientes, certificações ambientais e incentivos à produção orgânica podem ser determinantes para fortalecer a posição do Brasil no mercado internacional, especialmente diante da crescente demanda por produtos éticos e sustentáveis.

Para pesquisas futuras, recomenda-se uma análise mais aprofundada sobre os impactos das políticas governamentais no setor cacauero, bem como um estudo detalhado das barreiras comerciais que limitam a expansão do cacau brasileiro.

Em suma, este estudo destaca a importância de estratégias bem estruturadas para impulsionar a produção e exportação do cacau no Brasil. Somente por meio de políticas eficazes, investimentos em inovação e sustentabilidade, e uma abordagem mais estratégica para o mercado internacional, o país poderá se tornar um competidor mais relevante no comércio global de cacau. O fortalecimento da cadeia produtiva, aliado à valorização do produto nacional, pode representar um caminho promissor para o crescimento do setor e o desenvolvimento econômico das regiões produtoras.

REFERÊNCIAS

ABUKARI, A.; CUNFENG, T. The export competitiveness of Ghana's cocoa industry in West Africa. **Journal of Agricultural Science**, v. 13, n. 3, p. 80, 2021.

BAHIA. Portal Governo da Bahia. Lula lança o PAC do Cacau em Ilhéus. **Notícias** 2008. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2008/05/noticias/governo/lula-lanca-o-pac-do-cacau-em-ilheus/?amp>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BALASSA, B. Trade Liberalisation and "Revealed" Comparative Advantage. **The Manchester School**, v. 33, n. 2, p. 99–123, 1965.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2165**. Estabelece condições para financiamento do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, destinado ao controle da doença "vassoura-de-bruxa" e à recuperação da produtividade da lavoura cacaueira. Jun. 1995. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2165_v4_L.pdf. Acesso em : fev. 2025.

BARROS, J. R. M. de; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, p. 11-31, 1997.

BOANSI, D. Competitiveness and determinants of cocoa exports from Ghana. **International Journal of Agricultural Policy and Research**, v. 1, p. 236-254, 2013.

BOYSEN, O. *et al.* Earn a living? What the Côte d'Ivoire–Ghana cocoa living income differential might deliver on its promise. **Food Policy**, v. 114, p. 102389, 2023.

CARVALHO, A.; SILVA, R. L. **Economia Internacional**. 2 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

COCOALIFE. **Iniciativas no Gana**. 2023. Disponível em: <https://www.cocoalife.org/in-the-cocoa-origins/cocoa-life-in-ghana/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (CEPLAC). O negócio produção de amêndoas de cacau no Estado da Bahia. **Boletim Técnico n. 224**. Ilhéus: MAPA/CEPLAC/CEPEC, 2022.

- CRUZ, C. L. C. V. **Melhoramento do sabor de amêndoas de cacau através de tratamento térmico em forno convencional e de micro-ondas**. 101 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Campinas, São Paulo, 2002.
- DUANA-ÁVILA, D. *et al.* Study of the Mexican cocoa market: an analysis of its competitiveness (2010–2021). **Agronomy**, v. 13, n. 2, p. 378, 2023.
- FAOSTAT - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Data Production and Trade**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- FAZCOMEX. **Exportações de Cacau**: veja mais sobre. 2022. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/exportacoes-de-cacau/>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Agronegócio do cacau no Brasil**: produção, transformação e oportunidades. São Paulo: FIESP, 2021. 34 p.
- GOULART, L. A. *et al.* Cacau da região sul da Bahia e a perspectiva histórica de uma indicação geográfica. **Cadernos de Prospecção**, v. 7, n. 4, p. 632, 2014.
- GRAMACHO, I. da C. P.; MAGNO, A. E. de S.; MANDARINO, E. P.; MATOS, A. **Cultivo e beneficiamento do cacau na Bahia**. Ilhéus: CEPLAC, 1992.
- GREMAUD, A. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GYAN, J. K.; BAJAN, B. Market analysis on cocoa beans export: The case of Ghana and Cote d'Ivoire in West Africa. **Journal of Agribusiness and Rural Development**, v. 66, n. 4, p. 375-384, 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de Cacau no Brasil. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/cacau/br>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION (ICCO). **Cocoa Market Report - April 2023**. Abidjan: International Cocoa Organization, 2023.
- JAMBOR, A.; TOTH, A. T.; KOROSHEGYI, D. The export competitiveness of global cocoa traders. **AGRIS on-line Papers in Economics and Informatics**, v. 9, n. 3, p. 27-37, 2017.
- KAPLINSKY, R.; MORRIS, M. **A handbook for value chain research**. Brighton: University of Sussex, Institute of Development Studies, 2000.
- KATAYAMA, R. *et al.* Welfare and Poverty Impacts of Cocoa Price Policy Reform in Cote d'Ivoire. **World Bank Group**, 7 jul. 2017.
- KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2007.

LIMA, L. F. de S.; LOURENÇO, F. M.; OLIVEIRA, G. S.; VIEIRA, S. F.; SIMÃO, F. L. R. Haitianismo e percepção da Revolução Haitiana na sociedade escravista brasileira do século XIX. **Revista Ponto de Vista**, v. 11, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372168661_Haitianismo_e_percepcao_da_Revolucao_Haitiana_na_sociedade_escravista_brasileira_do_seculo_XIX. Acesso em: 15 fev. 2025.

MAIA, S. F. Impactos da abertura econômica sobre as exportações agrícolas brasileiras: análise comparativa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002. Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: SOBER, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Brasília. **Notícias**. Jul. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC). **Comex Stat**: estatísticas de comércio exterior do Brasil. Brasília, DF, 2023. Base de dados. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NUNES, H. S.de J.; BASTOS, R. Z. Cacau, chocolate e turismo na região transamazônica, Pará: contribuições ao desenvolvimento local. **Turydes**: Revista de Investigación en Turismo y desarrollo local, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Estatísticas de Comércio**. 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/trade_data_e.htm. Acesso em: 31 mar. 2023.

PARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (SEDAP). **Pará 2030 - Cadeia Produtiva do Cacau no Estado do Pará**. Belém: SEDAP, 23 set. 2016.

PEREIRA, J. L. Renewed advance of witches' broom disease of cocoa: 100 years later. *In*: **Proceedings of the International Cocoa Research Conference**, 12th, Salvador, Bahia, Brasil, 1996, p. 87-91.

PIRES, J. L. **Avaliação quantitativa e molecular de germoplasma para o melhoramento do cacau com ênfase na produtividade, qualidade de frutos e resistência a doenças**. 326 f. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2003.

PORTER, M. The competitive advantage of nations. **Harvard business review**, v. 68, n. 2, p. 73-93, 2001.

RACOWSKI, I.; MACIEL, C. Análise da implementação dos objetivos da agenda 2030 em uma companhia multinacional de chocolates. **FTT Journal of Engineering and Business**, n. 8, 2022.

RANGEL, J. F. **Ceplac/cacau ano 25**. IICA Biblioteca Venezuela, 1982.

- ROCHA, L. B. **A região cacauceira da Bahia-dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação.** Ilhéus (BA): Editus, 2008.
- SEQUEIRA, A. F. C. **Cacau: do fruto ao chocolate.** Escola Secundária Rainha Santa Isabel. Estremoz, Portugal. 2016. 27 f. Mestrado (Mestre em Biologia). 2016.
- SILVA, R. S. da. **A crise da cacauicultura baiana e a busca de um novo paradigma no período 1987 a 1996.** 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.
- SILVA, A. M. da; CARTIBANI, M. Paridade de preços do cacau na Região Sul da Bahia, período 1975-2000. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOBER*, 34., 2001, Recife. **Anais [...]**. Recife: s.n., 2001.
- SOUSA FILHO, H. R. *et al.* History, dissemination, and field control strategies of cocoa witches' broom. **Plant Pathology**, v. 70, n. 9, p. 1971-1978, 2021.
- TRADEMAP. **Trade statistics for international business development.** Genebra: International Trade Centre, 2023. Disponível em: <https://www.trademap.org/Index.aspx?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- TRÖSTER, B. *et al.* **Commodity dependence, global commodity chains, price volatility and financialisation: Price-setting and stabilisation in the cocoa sectors in Côte d'Ivoire and Ghana.** ÖFSE Working Paper, 2019.
- VENTURIERI, A. *et al.* The sustainable expansion of the cocoa crop in the state of Pará and its contribution to altered areas recovery and fire reduction. **Journal of Geographic Information System**, v. 14, n. 3, p. 294-313, 2022.
- VIANA, A. **A modificação no perfil das exportações baianas e brasileiras de cacau e derivados durante a primeira década do século XXI.** 2013. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia), Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- WATRIN, O.; SILVA, L. G. T.; IGAWA, T. K. Padrões Espaciais de Sistemas Agroflorestais com Cultivo de Cacau em Tomé-Açu, Nordeste Paraense. **Revista Agroecossistemas**, v. 13, n. 2, p. 155-170, 2021.
- ZUGAIB, A. C. C. A importação e exportação de cacau em amêndoas e derivados contemplados pelo sistema Drawback. **Agrotrópica**, v. 28 p. 233-246, 2016.